

Balcão de Empregos oferece mais 125 vagas

A Prefeitura, por meio do Balcão de Empregos, está oferecendo 125 oportunidades de emprego entre segunda-feira (8) a sexta-feira (12). Os candidatos podem realizar o cadastro de seus currículos no site da Prefeitura (<https://www.petrópolis.rj.gov.br>)

São 43 oportunidades de primeiro emprego que não exigem experiência, em vagas para açougueiro, agente de prevenção de patrimônio, ajudante de açougue, ajudante de caminhão, auxiliar de produção, auxiliar de cozinha, balcão de laticínios, balconista de padaria, caixa, costureiro(a), cumim, jovem aprendiz, mecânico, motoboy, operador de caixa, operador de supermercado, recepcionista, repositor e servente de obras.

O balcão desta semana também conta com sete vagas destinadas a pessoas com deficiência operador de caixa e limpador.

Veja todas as oportunidades desta semana

Açougueiro - Ensino Fundamental - 3 vagas
Agente de Prevenção Patrimonial - Ensino Médio - 2 vagas
Ajudante de Açougue - Ensino Fundamental - 3 vagas
Ajudante de Caminhão - Ensino Fundamental - 1 vaga
Ajudante de Depósito - Ensino Fundamental - 1 vaga

ano na função - 2 vagas
Analista Contábil - Ensino Superior - Cursos específicos na área
Experiência de 2 anos na função - 1 vaga
Assistente de Reparos - Ensino Médio - Cursos específicos na área
Experiência na função - 2 vagas
Atendente de Lanchonete - Ensino Médio - Experiência na função - 1 vaga
Atendente de Lanchonete - Ensino Fundamental - Experiência de 2 anos na função - 1 vaga
Auxiliar de Açougue - Ensino Médio - Experiência na função - 5 vagas
Auxiliar de Cozinha - Ensino Fundamental - 1 vaga
Auxiliar de Manutenção - Ensino Médio - Cursos específicos na área
Experiência de 1 ano na função - 1 vaga
Auxiliar de Produção - Ensino Médio - Experiência na função - 1 vaga
Auxiliar de Produção - Ensino Fundamental - 1 vaga
Auxiliar de Serviços Gerais - Ensino Fundamental - Experiência na função - 6 vagas
Balcão de Laticínios - Ensino Fundamental - 2 vagas
Balconista de Padaria - Ensino Fundamental - 2 vagas
Caixa - Ensino Médio - 2 vagas
Costureiro (a) - Ensino Fundamental - 3 vagas
Cozinheiro - Ensino Fundamental - Experiência na função - 6 vagas
Cozinheiro de Restaurante - En-



FREEPIK

ENTRE AS oportunidades da semana está a de garçom com 10 vagas

sino Fundamental - Experiência na função - 6 vagas
Cumim - Ensino Fundamental - 5 vagas
Encarregado de Restaurante - Ensino Médio - 2 vagas
Financeiro - Ensino Superior - Cursos específicos na área - Experiência de 2 anos na função - 1 vaga
Garçom - Ensino Fundamental - Experiência na função - 10 vagas
Garçom (Serviço de Vinhos) - Ensino Médio - Experiência na função - 5 vagas
Instalador de Produtos e Acessórios - Ensino Médio - CNH Cat.B - Experiência de 1 ano na função - 2 vagas
Jovem Aprendiz - Ensino Médio

- 6 vagas
Leiturista - Ensino Médio - Experiência na função - 1 vaga
Líder de Loja - Ensino Médio - CNH Cat.B - Experiência de 1 ano na função - 2 vagas
Limpador - Ensino Fundamental - Experiência na função - 4 vagas
Mecânico Automotivo - Ensino Médio - CNH Cat.A - 1 vaga
Motoboy - Ensino Médio - CNH Cat.A - Possuir veículo para trabalhar - 1 vaga
Operador de Caixa - Ensino Médio - 2 vagas
Operador de Loja - Ensino Médio - Experiência na função - 4 vagas
Operador de Supermercado - Ensino Fundamental - 2 vagas
Pizzaiolo - Ensino Fundamental

Experiência na função - 5 vagas
Recepcionista - Ensino Médio - CNH Cat.A - 1 vaga
Recepcionista - Ensino Médio - 2 vagas
Repositor - Ensino Fundamental - 2 vagas
Servente de Obras - Ensino Médio - 1 vaga
Técnico de Manutenção - Ensino Médio - Cursos específicos na área - Experiência na função - 1 vaga
Técnico de Segurança - Ensino Superior - Cursos específicos na área - Experiência de 2 anos na função - 1 vaga
Técnico de Segurança do Trabalho - Ensino Médio - Cursos específicos na função - 1 vaga
Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação - Ensino Superior - Cursos específicos na área - Experiência de 2 anos na função - 1 vaga
Vendedor Externo - Ensino Fundamental - Experiência na função - 2 vagas
Vendedor Externo - Ensino Médio - Disponibilidade para viajar - Experiência na função - 1 vaga
Limpador (Pessoa com Deficiência) - Ensino Fundamental - Possuir laudo que comprove deficiência que permita a realização das atividades com segurança - 3 vagas
Operador de Caixa (Pessoa com Deficiência) - Ensino Médio - Possuir laudo que comprove deficiência que permita a realização das atividades com segurança - 4 vagas

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 09/09/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

ATA DA 13ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Pleno da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos o Presidente, Vereador Junior Coruja declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Thiago Leite que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior, esta resta aprovada. **EXPE-DIENTE:** GP Diversos nº: 506/2025 CMP: (8129/2025); GP Diversos nº: 504/2025 CMP: (8173/2025); GP Diversos nº: 503/2025 CMP: (8174/2025); GP Diversos nº: 514/2025 CMP: (8175/2025); GP Diversos nº: 513/2025 CMP: (8176/2025); GP Diversos nº: 502/2025 CMP: (8177/2025); GP Diversos nº: 501/2025 CMP: (8178/2025); GP Diversos nº: 505/2025 CMP: (8179/2025); Projeto de Lei nº: 7947 e 7987/2025 do Vereador Júnior Coruja; Projeto de Lei nº: 8157/2025 da Vereadora Professora Lívia; Projeto de Lei nº: 8162/2025 do Vereador Junior Paixão; Projeto de Lei nº: 8169/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Projeto de Lei nº: 8188/2025 do Vereador Gil Magno; Projeto de Resolução nº: 6887/2025 da Vereadora Professora Lívia; Requerimento de Informação nº: 8180/2025 do Vereador Léo França; Indicação Legislativa nº: 8194/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 8135, 8154, 8155, 8156 e 8168/2025 do Vereador Dr. Aloísio; Indicação nº: 8136, 8139, 8146, 8149 a 8152, 8159, 8160, 8185 a 8187, 8193, 8195, 8208, 8209, 8211, 8213, 8214 a 8217/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 8141, 8152, 8144, 8189, 8192 e 8198/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 8161, 8170, 8171, 8181, 8183, 8197/2025 do Vereador Junior Coruja; Indicação nº: 8165 e 8172/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Indicação nº: 8190 e 8191/2025 do Vereador Dudu; Indicação nº: 8200, 8202 a 8205 e 8212/2025 do Vereador Wesley Barreto; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Thiago Leite solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores, o Senhor Presidente, passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 8266/2025 do Vereador Octávio Sampaio; o Requerimento foi aprovado com 14 votos; Registre-se a ausência do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em discussão e votação o Requerimento nº: 8081/2025 do Vereador Octávio Sampaio; o Requerimento foi aprovado com 14 votos; Registre-se a ausência do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 2461/2025 do Vereador Junior Paixão; o Projeto foi aprovado com 14 votos; Registre-se a ausência do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 0053/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; o Projeto foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu e do Vereador Marquinhos Almeida; Registre-se que o Projeto de Lei nº: 4138/2025 do Vereador Wesley Barreto foi retirado de pauta; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 5478/2025 do Vereador Junior Coruja; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Gil Magno, do Vereador Octávio Sampaio, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Thiago Leite; Colocado em discussão e votação

o Requerimento de Inclusão nº: 8267/2025 do Vereador Léo França; o Requerimento foi rejeitado com 06 votos; Registre-se a ausência do Vereador Carlos Alberto, do Vereador Dudu, do Vereador Gil Magno, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Octávio Sampaio; Registre-se que o Vereador Dr. Aloísio, o Vereador Thiago Damaceno e o Vereador Wesley Barreto absteram-se de votar; Colocado em discussão e votação única e em bloco as Indicações nº: 1028, 1029, 1030, 1923, 1935, 1936, 3824, 4010, 4012, 4419, 4420, 4428, 4814, 4822, 4828, 5029, 5031, 5032, 6659, 6719, 6741, 7930, 7941, 7953, 7958, 7960, 7981, 7991 e 8044/2025; as Indicações foram aprovadas com 14 votos; Registre-se a ausência do Vereador Marquinhos Almeida; Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa nº: 4572/2025 do Vereador Dr. Aloísio; a Indicação foi aprovada com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Carlos Alberto, do Vereador Gil Magno, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Octávio Sampaio; Terminada a **ORDEM DO DIA**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim o primeiro Vereador: **1) LEO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Fez um pronunciamento abordando inicialmente a questão da falta de merenda nas escolas. Destacou que, ao analisar a peça orçamentária recentemente enviada à Câmara, constatou que não há previsão de recursos próprios destinados à merenda escolar para o próximo ano. Ressaltou que apenas constam valores provenientes do Governo Federal, cerca de 6 milhões de reais, e do PNAE, aproximadamente 5 milhões, totalizando 11 milhões. Observou, entretanto, que da fonte de recursos próprios não há qualquer previsão. Comparou a situação atual com gestões anteriores, citando que o ex-prefeito Rubens Bontempo havia destinado 10 milhões de reais para a merenda. Acrescentou que, em contrapartida à ausência de recursos para a alimentação escolar, o governo municipal não deixa de beneficiar as empresas de transporte coletivo. afirmou que somente neste ano já foram repassados R\$ 11.046.000,00 aos empresários do setor. Crítico o aumento de 70% concedido ao salário do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários, alegando que, em seis meses, tal medida gerou um impacto de aproximadamente R\$ 949.000,00 aos cofres públicos, valor que, somado aos recursos destinados às empresas de ônibus, representa, segundo suas palavras, “dinheiro jogado no lixo”. Em seguida, parabenizou o vereador Thiago Leite pela condução exemplar da audiência pública referente às dívidas da Prefeitura com o Hospital Clínico de Corréas, destacando que a exposição deixou claro para a cidade o valor devido, que chega a 21 milhões de reais. Crítico ainda a ausência do secretário de saúde na audiência, mencionando que o mesmo justificou sua falta com um atestado médico. Abordou também o tema do reajuste da tarifa de ônibus, afirmando que o prefeito não se manifestou adequadamente na audiência judicial que tratou da questão. Crítico a ausência de integração no sistema de transporte e a falta de posicionamento firme do Executivo em defesa da população. Relacionou ainda a situação ao que chamou de descaso do governo em outras áreas, como a falta de medicamentos nos hospitais e a descontinuidade de serviços nas unidades de saúde. Edições, ainda, que realizou mais uma edição do seu “gabinete de rua” no Calçadão do Cenip, mas recebeu pressão de servidores municipais e estaduais para retirar a estrutura. Contou que foi questionado por ter colocado uma faixa com os dizeres: “Se seu filho está sem merenda nas escolas, denuncie aqui.” Segundo

ele, a prefeitura estaria tentando cercar seu trabalho parlamentar, mas afirmou que continuará com a iniciativa, por considerá-la essencial ao diálogo com a população. Por fim, informou que, após a saída da secretária de Educação, solicitou, junto à vereadora Professora Lívia, a convocação da ex-secretária para prestar esclarecimentos sobre os repasses do Vale Educação para as empresas de ônibus. Argumentou que, caso não haja transparência nos critérios adotados, a prática pode configurar crime de responsabilidade. Concluiu reforçando sua crítica ao envio de recursos para empresários do transporte enquanto falta merenda nas escolas do município. Agradeceu e despediu-se. **2) JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Retornou ao tema da merenda escolar, já tratado na sessão anterior. Ressaltou que a questão tem gerado grande preocupação e que, ao acompanhar o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), constatou-se uma situação crítica. Segundo informações da gerência de merenda e da chefia de gabinete do prefeito, seriam necessários cerca de 20 milhões de reais para quitar os débitos e garantir o fornecimento até dezembro. Destacou que, até o momento, a Prefeitura conseguiu remanejar apenas cerca de 2 milhões, permanecendo um déficit expressivo e sem proposta efetiva do Executivo. Citou diversas escolas que enfrentam falta de itens básicos e apresentou a lista de produtos em falta, conforme debatido no CAE: frutas, legumes, óleo, açúcar, leite e proteínas. Relatou que, em algumas unidades, restam apenas frango e ovos, mas ressaltou que já visitou escolas onde até os ovos se esgotaram. Enfatizou que a merenda escolar é uma questão de segurança alimentar, sobretudo para crianças que têm na escola sua principal refeição. Ao analisar a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, apontou que estão previstos 15 milhões para a merenda, sendo 4 milhões destinados ao ensino fundamental e 11 milhões à educação infantil. Recordou que, em 2025, foram destinados apenas 11 milhões, valor insuficiente para suprir as necessidades do ano, e que as emendas apresentadas pela Câmara haviam sido rejeitadas. Alertou que a mesma situação pode se repetir em 2026 se não houver previsão orçamentária adequada. Defendeu que, além das verbas federais, é necessário que o município destine recursos próprios para a alimentação escolar. Nesse sentido, reforçou o pedido feito no Conselho de Alimentação Escolar para que a LOA retorne ao Executivo, a fim de que este refaça a previsão orçamentária com valores capazes de garantir a merenda durante todo o ano. Solicitou ainda que sejam incluídas na LOA as despesas com material escolar e uniforme, em cumprimento à decisão judicial que já prevê tais garantias. Na sequência, abordou o aumento da tarifa de ônibus, criticando a precariedade do transporte público na cidade e o fato de Petrópolis possuir uma das passagens mais caras do estado. Informou que foram anexados dois ofícios à ação judicial que trata do reajuste: o primeiro solicitando uma perícia técnica, para auditar os dados fornecidos pelas empresas, e o segundo denunciando irregularidades no rito do aumento da passagem, que não passou pelo Comutran, não foi votado pelo conselho, não teve decreto publicado no Diário Oficial, tampouco respeitou o prazo de cinco dias antes de entrar em vigor. afirmou que, mesmo com o reajuste já em vigor, continuará questionando o processo, ressaltando a gravidade da ausência de controle da bilhetagem eletrônica, que deixa o município dependente das informações prestadas pelas próprias empresas. Apontou ainda discrepâncias nos dados apresentados, como a manutenção da quilometragem rodada semelhante à de 2023, apesar da redução de cerca de 40 ônibus na frota. Con-

cluiu defendendo a necessidade de um estudo técnico detalhado, reafirmando que o transporte público é um direito e que o município deve avançar nesse tema, não podendo mais permitir que interesses privados se sobreponham ao que é de interesse coletivo. Agradeceu e despediu-se. **3) PROFESSORA LÍVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou que, ao subir à tribuna, parece que a cidade vive um verdadeiro caos. Ressaltou problemas em diversas áreas: na educação, pela falta de merenda escolar, na cultura, pelo chamado “toque de recolher”, que tem afetado bares e trabalhadores; e na saúde, com destaque para a situação do Hospital Clínico de Corréas (HCC). afirmou que a origem dos problemas está na Prefeitura, pois o orçamento aprovado já sinalizava dificuldades para execução das políticas públicas em 2024. Ressaltou que nem tudo pode ser atribuído à queda de arrecadação do ICMS, mas às escolhas políticas do governo municipal. Segundo ela, o prefeito tem optado por beneficiar empresários enquanto deixa crianças passando fome nas escolas. Crítico duramente o Executivo, dizendo que a insatisfação da população é evidente e questionou como o prefeito justificará, no futuro, a suspensão de aulas por falta de merenda. Reforçou que é responsabilidade da Prefeitura suplementar o orçamento para garantir alimentação escolar, ainda que isso signifique cortar recursos destinados a empresários. Relatou casos de crianças que chegaram a desmaiar nas escolas por falta de merenda, ressaltando que a alimentação escolar é, para muitas delas, a única refeição do dia. Apontou que, em alguns casos, o fornecimento só tem ocorrido graças à iniciativa de gestores escolares que conseguiram organizar compras próprias ou contar com doações. Acusou a Prefeitura de espalhar “fake news” ao afirmar, em grupos de WhatsApp, que a merenda estaria garantida, quando, de fato, está em falta. Na sequência, voltou a tratar da situação do Hospital Clínico de Corréas, denunciando o atraso no pagamento de salários dos profissionais e uma dívida acumulada de mais de 20 milhões de reais apenas nos oito primeiros meses do ano. Destacou a contradição de o salário do prefeito estar em dia enquanto médicos e demais trabalhadores da saúde enfrentam atrasos. Crítico à gestão da saúde municipal, mencionando a falta de medicamentos, exames e insumos básicos nas UBSs e hospitais. afirmou que, após oito meses de governo, não é mais aceitável a justificativa de que a gestão estaria apenas “começando”. Em outro ponto, abordou os impactos do toque de recolher no setor cultural e no comércio local. Citou o fechamento de bares importantes no centro da cidade, como a Petiscaria Imperial e o Bar Bohemia, e destacou a perda de empregos de garçons, cozinheiras, atendentes e artistas. Defendeu que a Prefeitura abra diálogo para estabelecer um zoneamento urbano que permita a convivência entre moradores, empresários e turistas, preservando a vocação turística da cidade e evitando que ela se torne “uma cidade dormitório”. Por fim, comentou o cenário político nacional, classificando como um momento histórico o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal. Reiterou que não existe “tentativa de golpe”, mas golpe propriamente dito, e defendeu que os envolvidos sejam responsabilizados. afirmou que o Brasil precisa ver os golpistas condenados e presos, sem anistia, e lembrou também das mortes na pandemia de COVID-19 e da disseminação de fake news que desestimularam a vacinação. Concluiu afirmando que o país ainda verá Bolsonaro preso e que a democracia brasileira será fortalecida ao superar definitivamente essa página de sua história. Agradeceu e despediu-se. Registre-se que o Vereador Thiago Damaceno solicitou que constasse em ata a

ausência do Vereador Marquinhos Almeida, em razão de estar se sentindo mal. Ato contínuo, **4) JÚNIOR CORUJA, PSD** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. afirmou que voltava à tribuna para denunciar, mais uma vez, as empresas de ônibus da cidade, em especial a empresa TURP, que, segundo ele, vem diariamente lesando e prejudicando os trabalhadores. Informou que preparou um levantamento para expor a realidade e pediu atenção ao prefeito Hingo, ao presidente da CPTRANS, Luciano, ao Ministério Público e demais autoridades municipais. Explicou que, após decisão judicial, foi autorizado um reajuste diferenciado nas tarifas. As empresas Cidade Real e Cidade das Hortênsias tiveram aumento de R\$ 5,30 para R\$ 5,90, representando 11,5%. Já a TURP reajustou a tarifa convencional de R\$ 5,30 para R\$ 5,60, o que corresponde a 5,8%. Classificou como covardia esse reajuste diante do péssimo serviço prestado e destacou que o transporte público do município é um dos piores do estado do Rio de Janeiro. Acrescentou que, além do aumento no serviço convencional, as empresas aplicaram reajustes abusivos nas tarifas dos ônibus executivos. Citou que a linha Posse-Gaby subiu de R\$ 9,00 para R\$ 13,00, um aumento de 45%. A linha Rio Bonito, também operada pela TURP, sofreu o mesmo percentual de aumento, passando de R\$ 9,00 para R\$ 13,00. A linha Ônibus Lindas subiu de R\$ 7,75 para R\$ 10,00, um reajuste de 29%. A linha Araras, igualmente, passou de R\$ 7,75 para R\$ 10,00, também 29%. Em contrapartida, o executivo da Cidade Real passou de R\$ 6,50 para R\$ 7,00, um reajuste de apenas 8%, percentual considerado condizente com o aumento das tarifas convencionais. Questionou por que a TURP aplicou apenas 5,8% de aumento nos coletivos, mas 45% nos executivos, induzindo a população a pagar mais caro por um serviço igualmente precário. Anunciou que seu gabinete já está elaborando um projeto de lei para que, sempre que houver aumento de tarifa, a CPTRANS seja obrigada a garantir que o percentual de reajuste das linhas executivas seja igual ao das linhas convencionais, evitando abusos como os relatados. Deu como exemplo que a linha Posse-Gaby, que era R\$ 9,00, deveria ter ido a no máximo R\$ 10,00, e não a R\$ 13,00. Lembrou que já existe uma lei que determina que o serviço seletivo (executivo) deve ser diferenciado, atendendo exclusivamente passageiros sentados. No entanto, destacou que tal exigência não vem sendo cumprida. Por fim, comparou os valores antigos e atuais: antes, a passagem convencional custava R\$ 5,30 e a executiva R\$ 9,00, uma diferença de 70%. Hoje, a convencional custa R\$ 5,60 e a executiva R\$ 13,00, o que representa um aumento acumulado de 132% para quem utiliza os executivos. Encerrando, solicitou que a CPTRANS, o Judiciário e o Ministério Público intervenham diante do que chamou de “covardia” contra a população no transporte público municipal. Agradeceu e despediu-se. **5) THIAGO LEITE, PSD** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Ressaltou que as críticas feitas na tribuna têm como finalidade contribuir para o bem do município de Petrópolis, sendo a população a maior beneficiada pelo empenho dos parlamentares. Relatou que, em conversa com o presidente da Comissão de Saúde, vereador Dr. Aloísio, e na qualidade de presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, identificou problemas relacionados ao CNPJ do Hospital Municipal Dr. Nelson de Sá Earp. Explicou que, desde que a unidade deixou de ser autarquia, o CNPJ passou a ser considerado inválido pela Receita Federal, o que compromete o faturamento referente à tabela SUS. Segundo ele, essa situação faz com que o faturamento continue sendo feito de for-

ma desatualizada, como há 20 anos, quando a unidade passou para o Fundo Municipal de Saúde. Destacou que, atualmente, embora o hospital possua 10 leitos de UTI e CTI, apenas 5 são faturados, e ainda em nível mais baixo da tabela, o que gera prejuízos financeiros ao município. Esclareceu que o atendimento aos pacientes é garantido com insumos, exames, protocolos clínicos e médicos, mas, no momento do faturamento, os valores pagos não cobrem os gastos reais da unidade. Diante disso, anunciou, em conjunto com o presidente da Comissão de Saúde, a criação de um grupo de trabalho para reunir a Procuradoria, a Secretaria de Saúde, os diretores do hospital, a Secretária de Fazenda e a Controladoria, representada por Juarez, a fim de buscar solução para o problema. O objetivo, segundo ele, é regularizar o CNPJ do hospital e permitir que o faturamento seja atualizado conforme a tabela SUS, garantindo maior receita para a unidade e reduzindo a dependência de repasses diretos da Secretaria de Saúde. A medida, acrescentou, permitirá um atendimento de melhor qualidade e mais sustentável financeiramente. Destacou que a reunião servirá para avaliar se outras unidades de saúde enfrentam situação semelhante. Concluiu informando à população que, caso o problema seja resolvido, haverá ganhos significativos para o atendimento hospitalar e para os pacientes internados. Agradeceu e despediu-se. **6) WESLEY BARRETO, PRD** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Realizou uma prestação de contas acerca de sua ida a Brasília, destacando o trabalho desenvolvido na busca por recursos para amenizar a calamidade financeira enfrentada pelo município, sobretudo na área da saúde, considerada prioridade por tratar diretamente da vida das pessoas. Relatou que participou de diversas reuniões com deputados, apresentando demandas e projetos voltados à saúde, à educação e à assistência social. Agradeceu ao deputado federal Roberto Monteiro e ao chefe de gabinete do deputado Dr. Felipe Zapala, natural de Petrópolis, pelo apoio que possibilitou assegurar o repasse de R\$ 2 milhões para a saúde municipal. Segundo ele, esse recurso será essencial para melhorar a qualidade dos serviços prestados à população e salvar vidas. Informou ainda que, além das agendas institucionais, esteve na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), onde apresentou denúncia contra a concessionária Enel. Ressaltou que diversos bairros do primeiro ao quinto distrito, incluindo o bairro do Morin, onde reside, sofrem com quedas frequentes de energia, atendimento precário e ausência de retorno por parte da empresa. Defendeu que a fiscalização federal seja intensificada, pois a população merece um serviço de qualidade. Acrescentou que também aproveitou a viagem para participar de uma reunião do PRD Nacional, partido do qual é presidente municipal. Destacou que a política partidária é parte importante da construção de políticas públicas, inclusive voltadas à captação de recursos. Aproveitou a oportunidade para registrar seu agradecimento ao presidente nacional do PRD, Marcos Vinicius Nescual, pelo apoio prestado ao município. Concluiu destacando que a agenda em Brasília foi produtiva e reafirmando o compromisso de prestar contas à população sobre suas ações. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS, e NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às deztois horas e cinquenta minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia quatro de setembro às dezesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins, Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins